SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
por <i>Arno Dal Ri Júnior</i>	
INTRODUÇÃO	17
por <i>Francesco Mancuso</i>	
Carta do Editor de 1775	69
Ensaio sobre o fundamento do Direito natural	81
Dissertação sobre esta questão: “A lei natural pode levar a sociedade à perfeição, sem o auxílio das leis políticas?”	109
Prefácio de Vattel	121
O Direito das Gentes – Preliminares: Idéia e princípios gerais	137
LIVRO I – A Nação Considerada em si Mesma	155
I – Nações ou Estados soberanos	157
II – Princípios gerais dos deveres de uma nação para consigo mesma	163
III – A constituição do Estado, deveres e direitos da nação a esse respeito	171
IV – O soberano, suas obrigações e seus direitos	179
V – Estados eletivos, sucessórios ou hereditários e os chamados patrimoniais	197

VI – Principais objetivos de um bom governo:	
1.º Prover às necessidades da nação	213
VII – O cultivo das terras	217
VIII – O comércio	221
IX – O cuidado das vias públicas e direitos de pedágio	233
X – Moeda e câmbio	237
XI – Segundo objetivo de um bom governo:	
procurar a verdadeira felicidade da nação	241
XII – Piedade e religião	253
XIII – A justiça e a política	285
XIV – Terceiro objetivo de um bom governo:	
fortificar-se contra os ataques externos	301
XV – A glória de uma nação	309
XVI – A proteção procurada por uma nação e sua submissão	
voluntária a uma potência estrangeira	313
XVII – Como um povo pode separar-se do Estado do qual	
é membro ou recusar-se à obediência a seu soberano	
quando não se sente protegido	319
XVIII – O estabelecimento de uma nação numa região	323
XIX – A pátria e diversos temas que se relacionam a ela	329
XX – Os bens públicos, comuns e privados	343
XXI – A alienação dos bens públicos ou sobre o domínio	
e sobre a alienação de uma parte do Estado	355
XXII – Os rios, riachos e lagos	363
XXIII – O mar	373

**LIVRO II – A nação considerada
em suas relações com outras** 385

I – Deveres comuns de uma nação para com	
as outras ou ofícios de humanidade entre as nações	387

II – Comércio mútuo das nações	403
III – A dignidade e a igualdade das nações, seus títulos e outros sinais de honra	413
IV – Direito de segurança e efeitos da soberania e da independência das nações	423
V – Observância da justiça entre as nações	433
VI – A parte que a nação pode ter nas ações de seus cidadãos	437
VII – Efeitos do domínio entre as nações	443
VIII – Regras a respeito dos estrangeiros	455
IX – Direitos que são de todas as nações, após a introdução do domínio e da propriedade	467
X – Como uma nação deve usar seu direito de domínio para cumprir seus deveres para com as outras com relação à utilidade inofensiva	477
XI – A usucapião e a prescrição entre as nações	483
XII – Tratados de aliança e outros tratados públicos	493
XIII – Dissolução e renovação dos tratados	525
XIV – Outras convenções públicas, aquelas que são feitas pelas potências inferiores, em particular o acordo chamado em latim “sponsio”, e convenções do soberano com os cidadãos privados	533
XV – Afé dos tratados	549
XVI – Segurança transmitida pela observância dos tratados	561
XVII – A interpretação dos tratados	575
XVIII – Maneira de eliminar as divergências entre as nações	623
LIVRO III – A Guerra	647
I – A guerra e suas diferentes espécies e o direito de mover guerra	649
II – Para que servem a guerra, o recrutamento das tropas, etc., seus comandantes ou poderes subalternos na guerra	653

III – Causas justas da guerra	667
IV – A declaração de guerra e a guerra formal	689
V – O inimigo e as coisas pertencentes a ele	701
VI – Sócios do inimigo, sociedades de guerra, auxiliares, subsídios	705
VII – A neutralidade e tropas em país neutro	721
VIII – Direito das nações na guerra e em primeiro lugar daquilo que se está no direito de fazer e daquilo que é permitido, numa guerra justa, contra a pessoa do inimigo	745
IX – Direito da guerra com relação às coisas que pertencem ao inimigo	773
X – A fé entre inimigos; estratégias, astúcia, espões e algumas outras práticas	783
XI – O soberano que move uma guerra injusta	795
XII – O Direito das Gentes voluntário com relação aos efeitos da guerra formal, independentemente da justiça da causa	799
XIII – A aquisição pela guerra e principalmente a conquista	805
XIV – Direito de “postlimínio”	817
XV – Direito dos cidadãos privados na guerra	829
XVI – Diversas convenções que são feitas no curso da guerra	837
XVII – Salvo-condutos e passaportes; questões sobre o resgate dos prisioneiros de guerra	857
XVIII – A guerra civil	867
 LIVRO IV – Restabelecimento da paz e embaixadas	 877
I – A paz e a obrigação de cultivá-la	879
II – Tratados de paz	885
III – A execução do tratado de paz	897
IV – A observância e a ruptura do tratado de paz	905

V – Direito de embaixada ou direito de enviar e receber ministros públicos	919
VI – Diversas classes de ministros públicos, caráter representativo e honras que são devidas aos ministros	929
VII – Direitos, privilégios e imunidades dos embaixadores e outros ministros públicos	937
VIII – O juiz do embaixador em matéria civil	971
IX – A casa do embaixador, sua residência e pessoas de seu séquito	981